



CONVERSA NA SALA DO CAFÉ

Profa. Dra. Maristela Denise Moresco Mezzomo¹

Por Revista Geoiingá – Prof. Dr. Pedro Henrique Carnevalli Fernandes²

É com muita satisfação que lançamos a quarta edição da *Conversa na sala do café*. O objetivo desta seção é apresentar uma entrevista com um pesquisador envolvido no mundo da Geografia, com a finalidade de conhecer suas contribuições e perspectivas acerca do espaço geográfico. Nesta edição, conversamos com a Professora Doutora Maristela Denise Moresco Mezzomo, docente no Departamento de Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus de Campo Mourão, em Campo Mourão (PR).

Boa leitura!

Palavras chave: Maristela Denise Moresco Mezzomo. Recursos Hídricos. Gestão ambiental.



Figura 1. Profa. Dra. Maristela Denise Moresco Mezzomo

Fonte: Arquivo pessoal

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é docente no Departamento Acadêmico de Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Câmpus de Campo Mourão, e no Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfÁgua – Polo UTFPR – Câmpus de Campo Mourão. E-mail: maristelamezzomo@gmail.com. Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4771431A8>.

² Entrevista realizada em 03 de abril de 2019.

Revista Geoingá: Professora Maristela, gostaria de iniciar agradecendo, profundamente, o aceite e a disponibilidade para esta entrevista. Quero aproveitar o seu olhar especializado para começar perguntando: vivemos um cenário mais positivo ou mais negativo quanto à questão ambiental na Geografia e na sociedade contemporânea?

Maristela Mezzomo: Agradeço o convite para esta entrevista. Muito me honra poder contribuir com esta estimada revista, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEM. Em relação à pergunta, início expondo que sou muito otimista diante das coisas, porém também muito realista. Acredito que temos, atualmente, os dois cenários. O positivo envolve o fato de que, cada vez mais, temos conhecimento técnico-científico sobre causas e consequências dos problemas e impactos ambientais, o que permite que soluções sejam pensadas. Para tanto, vemos, ao mesmo tempo, muitos problemas não sendo resolvidos por falta de ações eficientes, excessos de burocracia ou, até mesmo, por negligência, o que nos leva a um cenário negativo. Na Geografia, esses dois cenários (positivo e negativo) sobre a questão ambiental, se fazem presentes constantemente nos debates promovidos em congressos e eventos, bem como em dissertações, teses e artigos. Esses cenários são contraditórios, pois ao mesmo tempo em que envolve grande conhecimento teórico, na prática, nem sempre funcionam como poderiam/deveriam. Por exemplo: temos muitas leis ambientais, as quais se fossem cumpridas e não descem “brechas” para especulações, minimizariam muitos problemas e impactos ambientais. A questão é: por que não são cumpridas como deveriam? Aí entram dois aspectos que me fazem refletir: porque nem sempre elas são efetivas ou justas e porque esbarram na falta de vontade política de aplicá-las. Em relação ao primeiro aspecto, cito como exemplo a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que institui o Novo Código Florestal. Ele trata das Áreas de Preservação Permanente em todos os biomas como se tivessem a mesma dinâmica. Sabemos que não é assim que a natureza funciona, e que há necessidade de os ambientes serem tratados pelas suas particularidades. Nesse caso, não são, logo, a lei não se torna efetiva e o seu cumprimento nem sempre se torna justo. Não é porque está na lei que é ambientalmente correto em termos de dinâmica da natureza. No caso da falta de vontade política, temos muitos casos de ineficiência por parte de setores e órgãos fiscalizadores, os quais, muitas vezes, não conseguem atender a demanda devido à falta de recursos físicos e humanos para desenvolver um bom trabalho. Isso acontece tanto em nível estadual quanto federal. Logo, a falta de vontade política está em equipar os órgãos para que possam desenvolver suas funções de forma eficiente e eficaz. Em resumo, os cenários (positivo e negativo) quanto à questão ambiental na Geografia e na sociedade contemporânea serão, a meu ver, uma constante, principalmente e enquanto, a visão sobre os problemas estar

centrada em soluções generalistas e na remediação, ao invés da prevenção e resolução das causas.

Revista Geoinfó: Na UTFPR, a senhora tem um projeto sobre análise, planejamento e gestão de bacias hidrográficas enfatizando a conservação dos recursos hídricos. No Brasil, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2018, 45% da população não possuía tratamento de esgoto. Esse dado é muito preocupante. Nesse sentido, como envolver mais a sociedade e, sobretudo, os gestores públicos no tema da conservação dos recursos hídricos no sentido de uma regulamentação pertinente e uma governança adequada?

Maristela Mezzomo: Este projeto faz parte das atividades que desenvolvo junto ao Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfÁgua, polo UTFPR do Câmpus Campo Mourão. Com iniciativa e apoio da Agência Nacional das Águas (ANA), os trabalhos desse programa visam buscar alternativas e soluções para que a gestão e a regulação dos recursos hídricos no Brasil sejam mais eficazes, principalmente, diante de cenários como o citado por você na pergunta, em que quase metade da população brasileira não tem esgoto tratado. Para que haja governança adequada, ela deve envolver um sistema de relações político, social, econômico, administrativo e ambiental, que estará diretamente relacionado à gestão. Não tem como pensar de forma isolada a gestão, devendo ser pensada de forma integrada, uma vez que há uma cadeia de relações existentes envolvendo produtos e serviços para a sociedade. Essa, por sua vez, pode (e deve) fazer parte da gestão por meio dos comitês de bacias hidrográficas, conforme já é previsto na Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. A lei garante que a sociedade civil organizada faça parte da gestão das bacias e, portanto, seja protagonista da atuação em prol da melhoria das condições de vida. Para tanto, vemos que os comitês de bacias ainda têm muito a percorrer e avançar em termos práticos que vai desde a criação deles até as ações efetivas. Outro aspecto que se percebe é que a resolução de problemas envolvendo o saneamento básico não é prioridade na maioria dos projetos de governo. A temática ambiental deveria ser uma pauta prioritária para os gestores. Somos capazes de produzir e exportar petróleo, ferro, soja, mas não somos capazes de destinar de forma adequada o esgoto? Não combina, algo não está correto e isso tem relação com prioridades na forma de governar. Melhorar as condições de vida das pessoas, promovendo melhor qualidade ambiental, leva a melhoria na saúde, evitando problemas básicos. É simples, uma sequência lógica, mas que é preciso colocar em prática ações de forma sistêmica. Enquanto os gestores verem a questão ambiental (no caso o esgoto) como um problema e não como uma etapa para melhorar as condições de vida das

Geoinfó: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 11, n. 1, p. 181-187, 2019
ISSN 2175-862X (on-line)

peessoas, continuaremos a ter problemas com águas contaminadas, esgoto exposto, doenças, entre outros. Nesse contexto, entendo que a criação de comitês de bacias hidrográficas se traduz como uma ferramenta que pode envolver a sociedade de forma direta, bem como os gestores públicos, se constituindo como um instrumento eficaz que envolverá a regulamentação (e regulação), adequada governança e gestão.

Revista Geoingá: Professora Maristela, não posso deixar de abordar a tragédia (para muitos, também um crime) que ocorreu na barragem de rejeitos de mineração da Vale na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, interior de Minas Gerais. Como a senhora acompanhou essa situação e quais reflexões são possíveis fazer sobre isso?

Maristela Mezzomo: Acompanhei via noticiários na televisão e na Internet. Não conheço ninguém que esteve envolvido diretamente nesse ocorrido, mas não é preciso ter perdido alguém para se abalar com tamanha tragédia e sofrimento. Há muito que se refletir sobre esse e sobre o acontecimento em Mariana, também em Minas Gerais, bem como sobre as várias barragens em risco pelo país. Os rompimentos das barragens jamais podem ser vistos como acidentes. A partir do momento que se constrói esse tipo de barragem, o risco passa ser eminente. Classificar em alto, médio ou baixo, é muito relativo e subjetivo. Sempre haverá risco e danos em caso de rompimento. Sabiam do que poderia acontecer e o que mais assusta é ver que parte da empresa estava à jusante da barragem. Por que assusta? Porque nem com os seus funcionários a empresa se preocupou, imagine com o restante da população. Outro aspecto que chama atenção é que, entre barragens de água para abastecimento, para geração de energia, para depósito de rejeitos, entre outros usos, o Brasil soma algo em torno de 24 mil. Muitas reportagens que assisti e li comentavam que dessas, apenas 3% tinham sido fiscalizadas em 2018 e que faltava pessoal para tal acompanhamento. Quando vi essa informação, levantei alguns questionamentos: (i) se as barragens fossem construídas e recebessem manutenção adequada, como exigem as normas técnicas e leis, precisariam ser fiscalizadas? (ii) a *mea culpa* seria dos órgãos que não fiscalizaram? (iii) mas, por que necessitam ser fiscalizadas se elas deveriam seguir leis já estabelecidas? (iv) por que vivemos em um modelo de sociedade em que nossas ações precisam ser fiscalizadas? (v) por que partimos da ideia de que se ninguém fiscalizar será feito ‘errado’? Esses aspectos demonstram a forma como parte da sociedade pensa e age em relação à vida humana e à natureza: pouca importância. A remediação proposta por meio de pagamento de indenização às famílias veio na primeira entrevista pós-crime/tragédia. Por que não usaram esse dinheiro para resolver o problema dos depósitos de rejeitos, já que existe tecnologia alternativa, e isso evitaria todas as

Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

Maringá, v. 11, n. 1, p. 181-187, 2019

consequências vistas? Remediar a perda de vidas humanas por indenização é uma prática comum no Brasil, mas evitar as perdas de vidas humanas ainda parece ser um gasto. Essa é a nossa cultura baseada na remediação e não na prevenção.

Revista Geoinfó: Outro assunto interessante que a senhora pesquisa é a qualidade ambiental urbana, principalmente em cidades do Paraná. A qualidade ambiental em cidades não se refere apenas ao espaço físico do meio ambiente, mas envolve saúde pública, educação, desenvolvimento local, conforto urbano, entre outros assuntos correlacionados. É possível transformar as cidades médias e pequenas do Paraná em “cidades sustentáveis” ou ainda parece uma utopia? Quais seriam as principais características de uma cidade com qualidade ambiental urbana satisfatória? A senhora pode citar alguma cidade que atingiu esse patamar?

Maristela Mezzomo: Nessa linha de pesquisa desenvolvemos a aplicação de indicadores para analisar situações que contribuam para a qualidade ambiental urbana. Os indicadores que utilizamos estão atrelados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), visando, justamente, relacionar as metas e aos indicadores propostos pelos ODS. Focamos em indicadores como áreas verdes, saneamento básico, educação e saúde. É preciso destacar que temos uma dificuldade enorme no Brasil de ter indicadores ou dados para alimentá-los (principalmente com informações atuais), mesmo já sendo reconhecido que trabalhar com indicadores é fundamental para pensar o planejamento urbano e desenvolver políticas públicas. Em relação à possibilidade de cidades pequenas ou médias serem transformadas em sustentáveis, eu acredito que o tamanho do desafio seguirá as devidas proporções de cada cidade. Obviamente que em cidades pequenas, a possibilidade de implementar aspectos que foquem a qualidade ambiental, como, por exemplo, áreas verdes urbanas, pode parecer mais fácil devido ao tamanho da cidade e à quantidade populacional. Por outro lado, cidades menores têm orçamentos menores, o que pode comprometer o desenvolvimento de outras ações como as de saneamento básico (Aterro Sanitário para municípios de três mil habitantes). Há ainda um longo caminho para ser percorrido nessa temática de cidades sustentáveis, pois são muitos indicadores que devem ser atendidos. Aspectos ambientais podem estar na base, mas os sociais e econômicos são fundamentais. Pode ser uma utopia, mas há muitos caminhos se destinando para essa temática (ODS, Financiamentos Internacionais) e ficar de fora dessa discussão não parece ser inteligente por parte dos gestores públicos. Mas, é preciso trabalhar com vontade, pois a temática da sustentabilidade não pode ser usada como discurso mais do que já tem sido. Precisamos de ações. Já no que se refere às características, existem uma grande quantidade de indicadores que podem ser aplicados para

Geoinfó: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 11, n. 1, p. 181-187, 2019
ISSN 2175-862X (on-line)

avaliar isso. No Brasil, o Programa Cidades Sustentáveis, ligado ao Instituto Ethos, disponibiliza mais de 250 indicadores em várias temáticas (ambiental, social, econômica, cultural, mobilidade, etc.), com metodologias de aplicação e uma plataforma em que os municípios podem alimentar os dados. Para ser considerada uma cidade sustentável, o ideal é que todos esses indicadores estivessem dentro dos parâmetros indicados. Não dá para ser ambientalmente sustentável se o aspecto social está comprometido. Esse é o grande desafio de classificar as cidades. Curitiba, por exemplo, é citada como a capital mais sustentável do Brasil, porém, ela se destaca apenas em alguns indicadores, como no caso das áreas verdes e transporte coletivo. Mas, Curitiba tem sérios problemas de favelização, o que compromete o aspecto social e econômico. Dessa forma, a classificação das cidades que vemos, muitas vezes, considera um ou alguns indicadores, porém destaque sempre que é preciso ver o conjunto. O caminho é longo, mas merece ser discutido.

Revista Geoinfó: Gostaria que a senhora recomendasse um livro para nossos leitores.

Maristela Mezzomo: Indico ‘Epistemologia Ambiental’ do sociólogo e ambientalista mexicano Enrique Leff. Nesse livro, o autor aborda um conceito que mereceria ser mais discutido e utilizado no mundo atual, que se refere à Racionalidade Ambiental. Ele destaca que o pensamento da sociedade deveria partir do ambiente e não pelo viés da racionalidade econômica. Imagine como isso transformaria a forma de pensar, ser e agir da sociedade? Colocaria a natureza em primeiro plano e não apenas como objeto/recurso. Seria uma utopia pensar assim? Talvez, mas prefiro acreditar em utopias a distopias, as quais, aliás, nos parecem mais reais e próximas do que imaginamos.

Revista Geoinfó: A senhora tem atuado voluntariamente em um relevante projeto paranaense: o “Movimento Pró Ivaí/Piquiri”, que consiste em uma articulação de pessoas e de entidades para a preservação dos rios Ivaí e Piquiri e para a promoção do desenvolvimento sustentável da região. Como os nossos leitores podem ter acesso aos conteúdos desse movimento e quais são as principais ações que a senhora julga necessárias para se alcançar os objetivos propostos por essa rede de colaboração.

Maristela Mezzomo: Esse movimento é muito interessante e aberto para todos que tenham um pensamento voltado para a sustentabilidade multidimensional, ou seja, que lutem pela sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural das bacias dos rios Ivaí e Piquiri, principais contribuintes do remanescente lótico do rio Paraná. O projeto existe desde 2011 e conta com a participação de professores e estudantes universitários, professores da rede

pública, produtores rurais, agentes políticos municipais, pescadores artesanais e amadores, profissionais liberais, servidores e promotores públicos, entre outros. Nós da UTFPR temos desenvolvido alguns projetos em parceria, principalmente, nos municípios que margeiam o rio Piquiri e um dos seus afluentes, o rio Goioerê. Os trabalhos de sensibilização desenvolvidos pelo movimento envolvem várias frentes, sendo que no caso do rio Piquiri, os trabalhos se concentram em um trecho do rio chamado de Apertados e Salto Paiquerê, rio Goioerê. Ambas as situações se destacam pela formação geológica/geomorfológica, com afloramentos basálticos e lineamentos geológicos, além de sítios arqueológicos e históricos de ocupação que datam cerca de dez mil anos. As ações que o movimento já vem desenvolvendo são extremamente importantes, pois busca divulgar um olhar formado por diversos atores sociais e, obviamente, aumentar a rede de colaboração fortalece as ações e amplia o seu alcance. As ações envolvem a temática ambiental e social e ocorrem por meio de reuniões com sociedade civil e representantes políticos, oficinas, organização de materiais técnicos, organização de eventos e palestras, participação em audiências públicas, entre outras. Para quem quiser conhecer mais sobre o Movimento, pode acompanhar pela rede social <https://www.facebook.com/proivaipiquiri/>, a qual é o principal meio de comunicação, onde são expostas as ações e compartilhados materiais. A participação é livre e todos estão convidados a colaborar com a conservação dos rios Piquiri e Ivaí.

Revista Geoinjá: Professora Maristela, mais uma vez, quero agradecer pela atenção, disponibilidade e, principalmente, pelas contribuições. Foi uma entrevista esclarecedora e de muito aprendizado. Para finalizar, gostaria que a senhora deixasse um comentário aos leitores da Revista Geoinjá sobre as principais motivações para estudar a questão ambiental no espaço geográfico.

Maristela Mezzomo: Agradeço, novamente, pelo convite e pela oportunidade de expressar um pouco sobre minha atuação profissional. Minhas motivações são simples e estão relacionadas com a forma como vejo o mundo. O espaço geográfico nos possibilita um leque de opções de estudos. No meu caso, estudar o espaço geográfico é estar, a todo o momento, vivenciando experiências que são dinâmicas, ou seja, que mudam muito rápido, mas que nos ensinam de forma grandiosa. O meu foco é para pensar e aplicar estudos que busquem a conservação da natureza e a sustentabilidade multidimensional, pois no meu modo de ver o espaço geográfico, esses elementos são fundamentais. Que cada um possa construir seu caminho de forma harmoniosa com a natureza e jamais se esquecer de fazer sua parte diante do outro/sociedade.